



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nºs 080/081

CURITIBA, QUARTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 01/13 DE SETEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB.....	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE SETEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Jocelito Canto.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes da leitura do Expediente, quero ler o Ato da Comissão Executiva nº 281/2004.

(Presidente lê o Ato)

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob o nº CTL/CC 170/2004, do Sr. Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de

Lei nºs 120/2004 e 132/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 640/2004, do Sr. Bonejos Demchuk, Desembargador Relator do Tribunal de Justiça, comunicando que nos autos de Incidente de Declaração de Inconstitucionalidade nº 133.150-8/2001, de Curitiba, em que figuram como Suscitante Terceiro Grupo de Câmaras Cíveis, comunicando que por unanimidade de votos, foi julgado procedente o incidente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, solicitando restituição à Casa Civil, do texto da Proposta de Emenda Constitucional da Proposição nº 65/2004 que versa sobre a extinção da Carreira Especial de Advogado do Estado e dispõe sobre outras providências. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e com os demais Srs. Deputados que, nos termos legais e regimentais prestam apoio, e no uso de suas atribuições conferidas pela legislação vigente, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja constituída Comissão Especial visando análise, orientações e outras medidas no âmbito administrativo e judicial referente às pesquisas eleitorais no Estado do Paraná.

O requerimento se justifica pelas denúncias, as mais variadas, que indicam a possibilidade de existência de fraudes ou utilização de metodologias estranhas ao processo regular de aferição da vontade popular, em matéria de candidaturas a pleito eleitoral.

É sabido que a manipulação de pesquisas eleitorais, além do crime definido em lei, é de indiscutível gravidade, porque visa macular e influir fraudulentamente na formação da vontade do eleitor. Atualmente, a legislação eleitoral (Lei nº 9504/97) prevê pena de seis meses a um ano de detenção para os donos dos institutos de pesquisa que cometerem esse tipo de crime. Em defesa da medida aqui apresentada, recorda-se a polêmica criada em torno das pesquisas de opinião atuais em diversos municípios apresentando, no mesmo momento, resultados totalmente divergente e indicando graves distorções no método e no processo de pesquisa, assim como nas eleições passadas.

A Comissão será constituída de 07 (sete) membros, indicados pelos Partidos com representação na Assembléia Legislativa e na forma regimental e com prazo de duração de 90 (noventa) dias conforme disposição dos artigos 34, 35, 39 e seguintes do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e artigos 53 e seguintes da Constituição do Estado do Paraná.

Requer ainda apoio administrativo da Assembléia Legislativa e dos órgãos dos poderes constituídos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Apoiamento:

Jocelito Canto, Reni Pereira, Cida Borghetti, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Arlete Caramês, Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Ailton Araújo, Delegado Bradock, Nelsinho Dal Santos, Chico Noroeste, Francisco Bühner, Ademir Bier, Hermas Brandão.

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do casal Maria e Gregório Kawacki, ocorrido em 31 de agosto de 2004, no Município de Cascavel.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Sra. Olides Kawacki Schneider, filha do referido casal, para que a mesma estenda o nosso pesar às suas duas irmãs e demais familiares, no seguinte endereço: Av. Rio Grande do Sul, 910 - Marechal Cândido Rondon-PR, CEP 85.960-000.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Ficamos pesarosos pela ocorrência deste triste episódio com um casal digno de nossa mais profunda admiração, e pelos significativos feitos ao Município de Marechal Cândido Rondon, onde residiam.

Fica registrado na memória do povo rondoniense a dedicação e o carinho destes inesquecíveis amigos.

REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique gravado para a posteridade, a solenidade de posse dos juízes do Tribunal de Alçada: Waldemir Luiz Rocha, Rosane Arão de Cristo Pereira, Dulce Maria Santa Eufêmia Cecconi, Antonio da Cunha Ribas, Miguel Thomaz Pessoa Filho, Marco Antonio de Moraes Leite, Lauro Augusto Fabrício de Melo e Ruy Cunha Sobrinho, no cargo de Desembargadores.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os Desembargadores acima nominados.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A justiça é sem dúvida, a pedra angular da sociedade. De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica o homem e mais o aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a justiça? Que seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte? A justiça, porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são os Juízes. Quão nobilitante e digno é esse sacerdócio. Do juiz dependem o bem-estar e a paz da sociedade.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só os heróis podem abraçá-lo. O juiz terá que por constantemente o cérebro cima do coração. No seu julgamento, não poderão interferir pensamentos de ordem subalterna, nem no seu coração interesses de ordem afetiva. Eis porque é o juiz encarado como um ser sobrenatural ao qual todo o respeito e acatamento são devidos. E aí do povo que não considerar aqueles aos quais está afeta a distribuição da justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com todos os juízes que estarão hoje, tomando posse no alto cargo de Desembargador.

REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Exmo. Sr. Procurador de Justiça Wanderley Batista da Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Adriano Montanari, Presidente da COMAC - Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção - Regional de Londrina.

A referida homenagem se deve por este senhor estar trazendo para Londrina, cursos da Universidade ANAMACO - Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção.

Requer ainda que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de aplausos ao Sr. Cláudio Petrycoski, Diretor Presidente da Atlas Eletrodomésticos, extensivos à dire-

toria e funcionários, empresa sediada no Município de Pato Branco, pelo recebimento da comenda Ordem do Mérito Industrial Nacional, concedida pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI, em evento realizado no CIETEP, no dia 17 de agosto, próximo passado, nesta Capital.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Cláudio Petrycoski, Presidente da Atlas Eletrodomésticos, no endereço: BR-158, km 508, Pato Branco-PR; CEP: 85.501-970.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O empresário pato-branquense Cláudio Petrycoski recebeu no dia 17 de agosto próximo passado, a comenda Ordem do Mérito Industrial Nacional, concedida pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI, em evento no CIETEP por ocasião da comemoração dos 60 anos da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

A Atlas Eletrodomésticos, presidida pelo Sr. Cláudio Petrycoski, é a principal indústria de fogões do sul do Brasil. Sediada em Pato Branco, sudoeste paranaense, é uma das empresas que desponta entre as de maior desenvolvimento do Estado nos últimos anos.

Em 1994 recebeu o Prêmio Excelência Empresarial, concedido pela Associação Comercial e Industrial do Paraná e em 1997 conquistou o Prêmio Top de Marketing, da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil - ADBV. Em 1998 liderou o início da fabricação da linha de fogões a gás modelos Euro e Tropical, apontado como o de design mais moderno e com inovações que garantiram alto poder de competitividade e de liderança no mercado. Em 2000 a Atlas comemorou seu cinquentenário, sendo a maior indústrias de fogões do sul do país, inclusive exportando seus produtos para 24 países das Américas do Sul e Central e do Oriente Médio. Em 2001 Petrycoski recebeu do Governador do Paraná a Medalha e o Diploma de Mérito Industrial concedido pelo sistema FIEP.

A Empresa Atlas em 2002 foi a única indústria de fogões do Brasil a conseguir conceito "A" do INMETRO e da ELETROS, em toda linha de produtos no lançamento do Programa de Certificação em Segurança e Economia, recebendo o Prêmio Top de Marketing 2002, reconhecimento pelo projeto João de Barro, baseado em ações de endomarketing na empresa. Recebeu ainda, dentro do Programa Nacional de Uso Racional de Energia, desenvolvido pela CNI, homenagem especial pela redução de 13,175 na linha 2002 dos fogões Tropical, Dalas e Atenas.

No ano de 2003 Cláudio liderou ações que refletiram na implantação da Unidade Montadora de Fogões em Feira de Santana-BA, o que permitiu a produção de 965 mil unidades de fogões do Grupo no ano e participou das ações que permitiram a aquisição de maquinário da extinta Enxuta para, em Caxias-RS, passar a produzir lava-roupas, lava-louças e secadoras. Neste mesmo ano eleito ainda para receber o Troféu Empresarial no Fórum

Nacional de Líderes Empresariais, organização não-governamental, sediada em Belo Horizonte-MG, ocupando o primeiro lugar no setor de eletrodomésticos.

E somando a essa história vitoriosa recebe, em 2004, a comenda Ordem do Mérito Industrial Nacional, concedida pela CNI, título este que há 45 anos valoriza personalidades nacionais e internacionais que colaboram para o desenvolvimento do segmento.

E por esses motivos é que esta Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza o ilustre empresário Cláudio Petrycoski que por sua competência, capacidade e espírito empreendedor recebe o justo reconhecimento de tão nobre título, que engrandece a todos nós paranaenses e sudoestinos.

REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando que o Estado do Paraná providencie estudos urgentes, para posterior apresentação junto ao CONFAZ, sobre a sistemática de visto prévio nas desonerações de mercadorias importadas e desembaraçadas em outros Estados que não os do domicílio fiscal do importador, tendo em vista que em relação, principalmente, aos produtos perecíveis, a necessidade do visto prévio do fisco de origem, tem causado na EADI de Foz do Iguaçu prejuízos incalculáveis a todos operadores que estão ligados às importações, dada a demora que a guia de exoneração leva para ser trazida até o local do desembarço.

Isto posto, ante a evolução dos sistemas e dos meios de comunicação a disposição dos fiscos estaduais, sugerimos que seja adotada uma espécie de visto eletrônico, em que o fisco de origem do contribuinte, comunicará ao fisco do local do desembarço a sua concordância com a liberação da carga importada, facilitando sobremaneira os trabalhos nas aduanas, e o cumprimento das obrigações dos contribuintes, sem prejuízo aos órgãos fiscalizadores, já que haverá segurança fiscal.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 330/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica, pela presente lei, declarada e reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual, a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, associação civil, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade

de Curitiba, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária e sem discriminação racial ou religiosa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Com o estatuto devidamente registrado, a Sociedade de Amigos do Museu Paranaense-SAMP, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas, com prazo de duração ilimitado, tendo por finalidade colaborar nas aberturas de exposições do Museu Paranaense e demais atividades, conforme consta do relatório de atividades da sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 331/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o inciso III do artigo 39 da Lei Complementar nº 14 de 26 de maio de 1982, com a seguinte redação:

“Art. 39....

III - os Policiais Civis somente poderão ser removidos, salvo os incisos I e II deste artigo, quando estiverem respondendo processos administrativos e/ou criminais, ou por clamor público, independente do local de sua lotação”.

Art. 2º - Aplicam-se aos Policiais Militares o disposto no inciso III supra citado, revogando-se as disposições em contrário que tratam do mesmo assunto.

Art. 3º - A presente lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA
DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo dar oportunidade ao funcionário público, policial civil e militar, de manter-se no local onde se encontra lotado, tendo a garantia de que não será removido de forma aleatória, sem critério ou por influência meramente política.

O policial civil e militar é um funcionário público que deve gozar de algumas garantias, bem como a própria administração pública deve buscar zelar para o bom andamento das instituições públicas, e para tanto, cabe ao servidor público saber exatamente até onde vão suas garantias e seus direitos.

Não pode o policial civil e militar ser melindrado em suas atividades pela própria instituição a que pertence, ficando a mercê de oportunidade política, vale

dizer, que a própria Constituição do Estado em seu artigo 42 busca o bem-estar social do servidor público, diante do que se faz necessário observar que o policial civil e militar, geralmente, quando se desloca para outra região terá que administrar a sua relação sócio-familiar, ou seja, toda a família será removida junto com o servidor, seus filhos terão que mudar de escolas, sua esposa perderá o emprego, para não falar dos amigos e convívio social.

Ademais, após algum tempo de trabalho em determinado local, o policial conhece melhor a topografia do local, as pessoas, as ruas, as escolas, os bares e boates, enfim, integra-se ao local com a finalidade de poder apurar com maior facilidade os delitos que possam ocorrer, diante do que, uma remoção inesperada, causará não somente transtornos pessoais, como também afetará o bom andamento da administração da segurança local.

Cabe ainda relatar que a remoção é um ônus muitas vezes irreparável à carreira do policial, pois ao chegar em um novo local é estigmatizado como corrupto, desonesto, e que “se foi removido é porque alguma coisa errada fez”, o que não se traduz em verdade, não podendo ser o bom policial “punido” com uma remoção descréitoria, como se mal servidor o fosse.

Em última análise, as questões acerca da remoção de policiais civis e militares é matéria que deve ser discutida em Plenário, pela complexidade que a mesma exige, não podendo ser alvo de decreto governamental, até porque a Constituição do Estado em seus artigos 54 e seguintes como os artigos 66 e seguinte as matérias que deverão ser discutidas mediante projetos de lei, salientando-se que atos administrativos, como decretos governamentais, não se dão à revogação de leis, motivo pelo qual enfatiza-se que o assunto é complexo e merece discussão nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 332/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Paranaense de Rastreabilidade e Certificação de Produtos Vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada, visando garantir a qualidade dos produtos agropecuários.

§ 1º - A rastreabilidade é o processo de identificação que se faz necessário para o acompanhamento de todos os eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações na produção vegetal.

§ 2º - A Certificação Vegetal consiste no conjunto de procedimentos por cujo intermédio uma entidade certificadora reconhece ou atesta que o produto atende a requisitos pré-estabelecidos e inerentes aos produtos de origem vegetal.

§ 3º - Os procedimentos a que se referem os parágrafos anteriores serão definidos pelos membros que

compõem o Conselho Técnico Estadual de Rastreabilidade e Certificação.

§ 4º - Incumbe aos órgãos competentes do Estado do Paraná a fiscalização do contido neste artigo.

Art. 2º - Fica criado o “Selo Paraná” de qualidade de produtos de origem vegetal.

Parágrafo Único - O “Selo Paraná” de qualidade será gerido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Art. 3º - Fica criado o Conselho Técnico Estadual de Rastreabilidade e Certificação - CONTERC, vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ao qual caberá, dentre outras, as seguintes funções;

I - estabelecer os critérios relativos aos programas de rastreabilidade e certificação;

III - dissipar questões acerca de rastreabilidade e certificação;

IV - manter cadastro atualizado de todas as instituições e profissionais que realizem atividades e projetos relacionados a rastreabilidade e certificação;

V - elaborar seu Regimento Interno de funcionamento.

Art. 4º - O CONTERC, composto por 10 membros efetivos e 10 membros suplentes, designados por ato do Governador do Estado, será constituído por;

I - pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e respectivo suplente;

II - um efetivo e um suplente, indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;

III - um efetivo e um suplente, indicados pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - um efetivo e um suplente, indicados pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - um efetivo e um suplente, indicados pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR;

VI - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

VII - um efetivo e um suplente na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

VIII - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná- FETAEP;

IX - um efetivo e um suplente, indicados por associações legalmente constituídas, representativas do setor empresarial da produção de sementes;

X - um efetivo e um suplente, indicados por entidade legalmente constituídas de defesa do consumidor.

§ 1º - Os componentes da CONTERC serão indicados pelas entidades mencionadas nos incisos anteriores.

§2º - A indicação será feita no prazo de trinta dias (30) a contar da publicação desta lei e será endereçada ao Governador do Estado, que imediatamente fará publicar no Diário Oficial ato designando a constituição do Conselho.

Art. 5º - O mandato dos membros do CONTERC será de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A cada dois anos a composição do CONTERC será renovada, ao menos, um terço de seus membros.

Art. 6º - A Presidência do CONTERC será exercida pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei será regulamentada pelo decreto do Governador do Estado no prazo máximo de noventa (90) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.09.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto é o estabelecimento de um sistema de avaliação da conformidade (rastreabilidade e certificação) de produtos vegetais, cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada, com o fim de atender, com segurança, o abastecimento dos mercados e a valorização do produto - por intermédio da certificação ou da emissão de um selo de qualidade que credibilize o produto.

Tendo em vista que a competência para tratar da matéria relativa à biossegurança é concorrente (artigo 24 c/c 225, II, ambos da Constituição Federal de 1988), entendemos que não seja prudente que o Estado do Paraná regulamente, de maneira isolada a questão - especialmente porque é notória a disposição do Congresso Nacional em disciplinar a matéria.

Desta forma, o presente projeto cria alternativa para que o Paraná possa diferenciar seu produto, sem imiscuir-se em matéria cuja competência é, preferencialmente, de âmbito federal - oportunizando ao Estado do Paraná a antecipação em um processo de valorização de seus produtos vegetais.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Obrigado, Presidente!

Apenas para manifestar as nossas condolências à família enlutada do grande Enéas Farias. Ele que era jornalista, radialista, advogado, apresentador de televisão e de rádio; foi Senador e Deputado Estadual. Aos sessenta e três anos deixa uma lacuna imprescindível num

momento como esse em que nós todos, homens públicos do Paraná, sentimos o peso dessa perda realmente irreparável.

Nós nos solidarizamos à família num momento difícil como esse.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Na verdade, Sr. Presidente, até poderia fazer esse pronunciamento na segunda ou na terça-feira, quando, certamente, teremos como é de praxe, um número maior de Deputados nesta Casa, mas preferi fazê-lo na manhã de hoje até para prestar contas aos Deputados que estão presentes, a esta Presidência, a esta Mesa e, obviamente, a todos aqueles que acompanham de alguma forma os trabalhos que vêm sendo feitos aqui.

Por conta da ausência do líder do Governo, não foi possível entrar em contato com ele no dia de hoje, mas o assunto que me traz à tribuna é, obviamente, o relatório que recebemos na terça-feira, a pedido da fundação COPEL, feito pela Crow e também por uma auditoria interna. Pretendemos, Sr. Presidente, fazer um debate maior aqui e outros Deputados também estão de posse desse relatório.

O Líder do Governo acaba de chegar e até fica mais fácil.

Deputado Natálio Stica, estava me reportando, exatamente, ao relatório da Crow recebido. Ele tem uma série de páginas que estão em desacordo, em princípio com o que seria a sua seqüência, temos várias páginas faltando. O relatório pula da página 16 para 19; da 19 para 21; da 21 para 41; da 41 para 52; da 54 para 61; da 63 para 69. Isso só para dar alguns exemplos. A página 70 termina com um informativo: “Portanto, apesar da forte posição ao risco, essa operação rendeu à Fundação COPEL R\$729.085,20, menos que uma ampliação simples referenciada ao CDI” e pula para página 73, iniciando com “Financeira do mesmo, seu salário da Fundação COPEL era anterior ao seu antigo emprego...”

Acho que pode ter havido, na hora de fazermos as cópias, uma pequena confusão e vamos na seqüência, ver se isso de fato ocorreu ou não.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para informar V. Exa. que já mandei verificar no original que nos foi entregue se está na mesma situação da cópia que foi entregue a V. Exa.

O SR. TADEU VENERI

Porque se estiver, Sr. Presidente, temos que pedir ao Líder do Governo que faça esforços para que a cópia com todas as páginas seja mandada para esta Casa,

porque senão eu já tenho tido a fama de ser, às vezes, até “rebelde”.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Deputado Stica, como Líder do Governo, já me falava aqui que vai verificar realmente por que não foram enviadas todas as páginas.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente!

Talvez tenha sido na hora de fazer a cópia. Quer crer nisso, porque um dos assuntos que foi motivo para fazermos esse pedido de informações é justamente o que diz respeito ao funcionário da Fundação - não sei se ainda é funcionário - Paulo Henrique de Almeida. O Sr. Paulo Henrique de Almeida, antes de ser funcionário da Fundação COPEL e lá fazer autorização para compra de debêntures das concessionárias do pedágio que são parte da empresa Triunfo, trabalhava na ELEJOR.

Quer dizer, é estranho que uma pessoa saia da ELEJOR, que tem ou tinha até ontem 40% da COPEL, 30% da Triunfo e 30% da Paineiras, saia desse consórcio ELEJOR para a Fundação COPEL e lá a autorize a fazer compras de debêntures de empresas de pedágio que são do Grupo da Triunfo. Quer dizer, não estou colocando aqui em dúvida, absolutamente, a operação que foi feita, mas só estou dizendo que no mínimo é uma conduta estranha e que devemos olhar com mais carinho e justamente por isso que solicitamos.

Insisto nisso e todos os Sr. Deputados aqui têm as suas responsabilidades, os seus mandatos e por conta disso cumprem o seu papel. E estamos tentando fazer apenas isso: fiscalizar aquilo que aconteceu na Fundação COPEL e que, em determinado momento, é apontado um prejuízo de mais de cem milhões de reais.

Então, vou aguardar para ver se houve - e espero que tenha havido realmente - um erro na confecção, porque devido à pressa talvez tenha vindo aí com um pouco de confusão nas páginas. Mas, isso para que possamos fazer uma análise detalhada! O processo já é longo, são quase mil páginas, e tivemos poucas horas, mas entendemos que havia a necessidade de ser aprovado o projeto no dia de ontem e foi aprovado, a maioria do Partido dos Trabalhadores entendeu que devesse ser aprovado, os Deputados votaram favoravelmente. Agora, é preciso que saibamos que história é essa de termos páginas puladas e uma delas é justamente a que dá a informação.

Então, fico preocupado, porque essa informação eu já tinha. Mas preocupo-me porque justamente a página que fala que o Sr. Paulo Henrique de Almeida trabalhava para ELEJOR e veio trabalhar para a Fundação COPEL e autorizou as compras, por uma das coincidências, não está na ordem de seqüência. Talvez esteja na frente e não quero aqui, absolutamente, fazer juízo, para não ser levi-ano. Talvez esteja na frente e confesso que não li todo o relatório. Mas, se não estiver, pelo menos nesse que me

foi entregue, gostaria que fosse entregue o relatório como todos conhecem. Ora, o sol é grande demais para ser tapado com uma peneira! É isso!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta manhã de hoje e que gostaríamos de comentar é exatamente a situação envolvendo a SANEPAR. Na tarde de ontem protocolamos nesta Casa, com a ajuda de mais alguns Parlamentares, a CPI da SANEPAR.

Ontem pela manhã, a convite do Governador Roberto Requião, estivemos ali na “Escolinha do Professor Requião” durante a “Escolinha” acompanhamos o desenrolar da situação da SANEPAR. Uma situação bem complicada, onde o Governo anuncia que não vai repassar e a Gazeta do Povo de hoje dá destaque: “Governo ameaça retirar 1,7 bilhão de investimentos do saneamento - as divergências do Executivo com acionistas privados pode bloquear dois empréstimos e o Grupo Dominó diz que quer negociar o novo acordo.”

Então, estamos pedindo esta CPI com a intenção de fiscalizar esses investimentos, esse superfaturamento que diz que há, o Governo anuncia que há um superfaturamento e um direcionamento para o que se refere às obras que estão sendo feitas no Paraná. Estamos aguardando e devemos, nos próximos dias, tão logo esta Presidência da Casa constitua a CPI, estaremos prontos para iniciar as investigações e para tentar, em primeiro lugar, fazer com que o povo do Paraná não seja prejudicado, haja vista que neste momento altos investimentos estão preparados, estão vindos, e agora o Governador diz que vai segurar porque, de acordo com a lei, não pode fazer esses repasses à SANEPAR e a SANEPAR vai viver um momento muito difícil.

Por isso estamos aguardando e na sequência, nos próximos dias, vamos trabalhar em cima desta CPI, porque é preocupante a situação da SANEPAR e precisamos fazer essas investigações.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao horário das lideranças.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral, no Horário da Liderança do PFL.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem tive conhecimento do requerimento do Deputado Jocelito propondo a CPI sobre a SANEPAR e os argumentos do Governador de que vai cortar mais de

um bilhão e quinhentos mil reais em investimentos na SANEPAR.

Parece-me duas questões extremamente equivocadas. A primeira que não há irregularidades na SANEPAR, nem no período do Governo anterior nem no período do atual. Todas as contas foram aprovadas, existe um pacto de acionistas firmado e não há efetivamente nada que possa levantar suspeitas sobre esta administração da SANEPAR àquela época. Isto foi já analisado pelo Tribunal de Contas, o Governo atual já fez inúmeras investidas efetivamente sobre a SANEPAR e nada restou provado. Mas tudo bem. É um direito da Assembleia Legislativa investigar e é uma prerrogativa que nós, sob esse aspecto, não concordamos, mas entendemos a prerrogativa.

Uma outra questão que me deixa extremamente preocupado é esta história para boi dormir - a Assembleia Legislativa tem uma lei aprovada onde 60% das ações da SANEPAR ficam em poder do Governo do Estado do Paraná e 40%, a autorização, é que pudesse ser negociada. Vem o Governo agora dizendo que não existe, que a SANEPAR não é uma empresa estatal. Olha, esse é um discurso feito na campanha que não se sustenta nos números. Efetivamente o Governo do Estado do Paraná tem o controle acionário da SANEPAR e isto não sou eu que estou dizendo. Basta consultarmos, aprovar aqui um pedido de informação à Bolsa de Valores, que vamos saber de quem é o controle acionário da SANEPAR. Para isto não se precisa de CPI. Podemos, efetivamente, documentalmente termos que o controle acionário da SANEPAR é efetivamente do Governo do Estado. Equivocada esta a lei que nós aprovamos aqui que, inclusive, Deputado Stica, nós denunciemos que a lei estava equivocada, que a lei estava errada. Da maneira proposta naquela lei aí sim o Governo do Estado diminuiria a sua participação acionária. E vou dizer aos senhores, o Governo não vai se valer desta lei porque sabe que diminuirá o controle acionário dele. Ele aprovou uma lei, induziu os Deputados da Base do Governo em erro, e não vai aproveitá-la em função disso, porque o aumento de capital poderia se dar somente sobre as ações preferenciais.

Então, a Assembleia errou, induzida a erro pelo Governo do Estado. Então, esta questão tem que ficar muito clara, já denunciei isto da tribuna naquela oportunidade, aliás, o Governo do Estado tem errado, costumeiramente errou quando da aprovação da lei autorizando a encampação do pedágio no Estado do Paraná. Penso até que ele não faz por má fé estes erros. Comete por pura incompetência, para satisfazer a vontade daquele que manda fazer e o aspecto jurídico acaba sendo relevado a segundo plano por medo, efetivamente, da autoridade maior deste Estado.

Uma outra questão que tem que ser colocada, que quando se restringem os investimentos na área social, Deputado Jocelito, de um bilhão e meio da SANEPAR, eu acho que o que vai caber muito bem uma CPI é a *posteriori* disso, porque a população do Paraná vai receber

um bilhão e quinhentos milhões de reais a menos de investimentos na área da saúde. Serão menos ligações de água, serão menos ligações de esgoto, menos tratamento de esgoto, isto sim vai gerar um prejuízo incomensurável à sociedade paranaense, por uma pura e mera retaliação política.

Tenta-se prejudicar o consórcio Dominó, a empresa, eu acho que isto se deve dar no campo jurídico, mas não se pode prejudicar tão irresponsavelmente aquelas pessoas que precisam da água tratada e do esgoto tratado. Eu não consigo conceber, não consigo entender como é que a vontade pessoal possa prejudicar quantos milhões ou quantos milhares de pessoas no Estado do Paraná com esta atitude, sinceramente, acredito que irresponsável.

Até acho, Deputado Stica, o decreto legislativo que o Governo propõe fazer - estamos discutindo no campo jurídico - acho que é uma prerrogativa do Governo do Estado. Acho que a Assembleia pode, eu sou muito contra àquela expressão usada do rolo compressor, tenho dito isto reiteradamente à imprensa, não se trata de rolo compressor, trata-se de maioria. A maioria vota e a minoria, na democracia, tem o direito de protestar, de contestar, mas tem de aceitar o resultado. Não se trata de rolo compressor.

O decreto legislativo sobre o pacto de acionistas, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou, uma linha concedida pela Ministra, e a *posteriori* uma liminar confirmada pelo Pleno do STJ. Entendo. É uma manifestação do chefe do Poder Executivo, através da Assembleia Legislativa, decreto legislativo, um novo acontecimento jurídico que efetivamente vai para os tribunais. Tudo bem, é plenamente compreensível. Agora, sustentar mais de um bilhão de reais em investimentos, isto vai causar um dano, um prejuízo para a população mais pobre, mais carente deste Estado, sem precedentes, nobre Presidente. Não posso, não posso aceitar, é irracional isto, é irracional. Pode valer como uma medida de impacto, de mídia, pode valer como uma medida demagógica, enfim, mas ela não se sustenta na prática. Eu não acredito, Deputado Stica, eu não acredito que o Governador Roberto Requião, inteligente ao extremo que é, poderá levar adiante esta irresponsabilidade. Ela não se sustenta. Não se sustenta por quê? Imagine o quanto de investimento que o Paraná vai perder, quantos empregos deixarão de ser gerados e em que situação restará o saneamento básico do Paraná após a implementação de uma medida tão irresponsável como esta. Por quê? A SANEPAR não é pública? Claro que ela é pública. Todos nós sabemos. Só quem não sabe, talvez, é quem produziu o programa, as propagandas de televisão.

A Sanepar é pública sim. O controle acionário é do Governo do Estado do Paraná. Não adianta dizer que não, porque é. Isso foi um discurso de campanha e para dar sustentação a esse discurso se faz todo esse emaranhado de demagogia que estamos vivendo. Fica aqui o meu registro. Não falaria sobre essa questão mas fica o registro

da irresponsabilidade. A Assembleia tem o direito de investigar? Tem o direito de investigar. Pode Investigar? Pode investigar. Vamos parar de brincadeira. O Estado do Paraná não pode ser tratado com irresponsabilidade. O Governo está perdendo todas as ações na Justiça. Todas! Todas sem exceção e vai continuar perdendo. Agora, enquanto perde no poder Judiciário a indenização vem depois de dez, quinze, vinte anos. É passivo que o Estado vai acumular. Tudo bem. Agora, proibir a sociedade paranaense de ter mais de um bilhão e quinhentos milhões de investimento é pura sandice.

Concedo aparte ao Deputado Barbosa.

O Sr. Barbosa Neto

Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, concordar com ele, acreditando que não há empecilho algum para esta Casa realizar uma CPI mas a nossa preocupação é com a paralisação dos investimentos que gerariam benefícios muito grandes para a nossa população, sabendo-se que a questão do saneamento básico é proporcionalmente ligada à qualidade de vida e a medição do índice de desenvolvimento humano. Temos municípios que sofrem com o baixo índice de coleta e tratamento de esgoto, de ligações de água mas a preocupação e crítica que faço ao governo do Estado é nessa velha tese que o Governador Requião sempre se fiou de eleger inimigos, de fazer a caça às bruxas, de revirar as gavetas do passado, esquecendo-se governar, acreditando que a população irá esquecer os compromissos assumidos em campanhas. Todos os dias sai na mídia com declarações bombásticas, algumas vezes raivosas, acreditando com isso que a população vai esquecer que os compromissos foram assumidos e que o governador precisa governar e não pode ficar olhando o passado.

Se tiver que investigar, existe mecanismo para isso: o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, através do instrumento da CPI mas principalmente o Governador deveria estar preocupado em encontrar mecanismos para que esses investimentos da ordem de um bilhão e meio de reais de órgãos internacionais e até mesmo aqui com recursos federais, pudessem ser encetadas em obras de investimentos para melhorar a questão do saneamento básico do Estado do Paraná. Uma colocação não invalida a outra. Se houver qualquer tipo de desvio de recursos, ninguém questiona aqui mas essa postura do governador Requião prejudica a imagem do Brasil lá fora nessas posições de quebra de contrato, enfim, de vasculhar as gavetas enquanto nós esperamos um governador que pense no futuro, que invista os recursos e não que fique aí preocupado com o passado. Tem que encontrar mecanismos.

Existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal que deve ser cumprida. Mas não é a questão ideológica que vai sobrepor as necessidades básicas da nossa população e isso, sem dúvida nenhuma, o saneamento, é muito importante.

Obrigado pelo aparte.

Cumprimento V. Exa. nessa manhã.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu que agradeço.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Queria cumprimentar V. Exa. Deputado Durval Amaral que é, sem dúvida nenhuma, um Deputado atuante nesta Casa, preocupado com a questão que envolve o nosso Estado. A Gazeta do Povo de hoje publica uma página quase que inteira, onde destaca que o Governo vai retirar 1,7 bilhões de investimentos do saneamento e a nossa preocupação, ontem pela primeira vez, atendendo a um convite do Governador, estivemos na escolinha. Aliás, eu nunca tinha ido e fiquei impressionado com as denúncias que o próprio Governador disse publicamente e que foram transmitidas através de dois canais de televisão, com a imprensa que nesse momento está colocando essas afirmações do Governador.

Deputado Durval, o Governador falou que há uma quadrilha instalada dentro da SANEPAR. Eu como representante do povo do Paraná, não posso aceitar na condição de Deputado, convidado pelo Governador. O Governador faz um pronunciamento e diz que tem uma quadrilha, que está roubando o dinheiro público.

Nós somos aqui fiscalizadores e, além disso, disse que nessa onda toda das questões da SANEPAR existe um superfaturamento muito grande na questão envolvendo nessas obras, que estão incluídos nesse dinheiro, que vai ser colocado agora no Estado do Paraná. E que a licitação estaria dirigida por uma própria empresa que faz parte desse acordo dentro da empresa.

Então, em cima de tudo isso existe uma preocupação nossa, porque publicamente o Governador disse e o próprio Secretário Boto disse: “Senhores Deputados é preciso tomar uma providência”.

Em face de tudo isso, eu resolvi apelar para um direito constitucional, um direito legal que me cabe como Deputado, obtive o apoio de mais de 20 companheiros e conseguimos protocolar essa CPI.

Vamos investigar, sem querer cassar bruxas, mas preocupado também com esse investimento que o Governo diz que não vai fazer e, que vai prejudicar todos os municípios do Paraná.

Agradeço o aparte e a preocupação de V. Exa. com a CPI.

O SR. DURVAL AMARAL

Três questões só para concluir:

Primeiro: O Governador não mentiu, quando falou que existia uma quadrilha dentro da SANEPAR. Acho que existe mesmo, está instalado na Presidência. Porque é efetivamente o Presidente da Sanepar que responde a um crime de formação de quadrilha, na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Está denunciado no Ministério Público.

Então o Governador não mentiu até porque não acredito, que o Governador possa mentir. Segundo: Alguém menos avisado poderia até imaginar, Deputado Jocelito, que o Pedido de Informação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito tivesse na mão do Deputado Durval Amaral e da Liderança da Oposição. Por quê? Para apurar a existência de prejuízos ao erário público estadual, no período de 4 de setembro de 1998 a 13 de fevereiro de 2002, encontra em vigor o acordo de acionistas.

Eu tenho certeza absoluta que ao final dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, não só vai referendar, como convalidar, como dar traços de extrema legalidade a tudo o que foi apurado, porque não existe nenhum tipo de irregularidade àquilo que se propõe a Comissão Parlamentar de Inquérito, de analisar.

Mas, quero aqui deixar registrado publicamente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito apesar de ser direcionada de dar um atestado de boa conduta, ou um atestado de seriedade a transparência nesse negócio, não tem e não tem do Deputado Durval Amaral e nem de nenhum Parlamentar da Oposição.

Terceiro: Com relação ao suposto prejuízo, eu posso dizer o seguinte que nesse período 7 milhões e 700 mil pessoas foram diretamente beneficiadas com obras da Sanepar com a construção de: reservatórios de água, estações de tratamento, redes coletoras de água e esgoto. A rede de água foi ampliada em 7 mil km. A rede de esgoto em 6 mil 500 km proporcionando para o Estado do Paraná, 500 mil novas ligações de água e, outras 379 mil ligações de esgoto.

Tenho certeza absoluta porque acredito na imagem do homem público, do Governador Roberto Requião, que ele não vai dar esse prejuízo ao Estado do Paraná, e não vai suspender esses mais de 1 bilhão e 700 milhões de reais de investimentos em água tratada e esgoto sanitário. Por mais preocupado que ele possa estar com o Grupo Dominó.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Tadeu Veneri, por ter lido o relatório, por isso ele percebeu a falha que houve. E quero justificar. A eficiência da minha secretária, a Cláudia Andréa descobriu o que aconteceu ontem, na pressa de fazermos as quatro cópias deste relatório, que aliás é um volume muito grande, na gráfica houve problemas com algumas páginas. Mas, já está solucionado e a Cláudia Andréa está à disposição para poder acertar esta falha.

Queria dizer, também, no horário das lideranças, que o Governador Roberto Requião está com o firme propósito de resgatar definitivamente a SANEPAR, para que ela volte a ser a empresa pública e administrada pelo Governo de plantão, que neste momento é o Governo Roberto Requião.

A SANEPAR, no Governo Requião tem um objetivo, que é voltada à área social e ao público. A SANEPAR já deu uma demonstração, com a tarifa social

da água, distinguindo uma ação de uma empresa pública que volta ações para a sociedade, de uma empresa que é gerida por um grupo privado e que tem como prioridade o lucro para distribuir aos seus acionistas. Não que não tenha que distribuir lucros aos seus acionistas. Este é o objeto de uma sociedade anônima. Porém, o Governo do Estado é o acionista majoritário e existe um chamado “pacto de acionistas” que dá condição do grupo minoritário, o grupo Dominó, de este grupo mesmo sendo minoritário, fazer o papel de gerente desta empresa. Indicando, inclusive o seu presidente.

Não é possível, o Governador Roberto Requião não aceita, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem o dever de rever esta situação e em breve nós estaremos aqui, discutindo uma ação desta Casa, aonde acabar com este “pacto de acionistas”, que na verdade é um “pacto de compadres”. E voltaremos a fazer com que o grupo majoritário - que é o Governo do Estado, este sim, é quem vai dar o direcionamento para esta empresa. E, a partir disto, com certeza, com um investimento de 1.7 milhões vai ser colocado a serviço do Estado do Paraná.

Há um cronograma de aumento para chegar quase a 80% do esgoto coletado e tratado no Paraná, até 2006. Portanto, as obras terão os seus prosseguimentos normais. Apenas a preocupação nossa é que este grupo que hoje tem apenas o lucro e não há uma credibilidade, porque há suspeição - por enquanto - mas muitos fortes são os indícios de que há licitação direcionada, para que apenas duas grandes empresas possam ser as vencedoras da licitação. E aí a história já nos mostrou como é que acontece, os preços subindo. E já tem, por parte do Jocelito, neste pedido de CPI, até como exemplo, canos de água de 180, onde a subempreiteira parece-me que recebe trinta.

Quer dizer, este tipo de coisas não pode mais acontecer. E nós vamos estar aqui imbuídos no firme propósito de ajudar o Governador Roberto Requião a retomar definitivamente o controle da SANEPAR como empresa pública, gerida pelo Governo do Estado, porque é uma empresa do Paraná e assim deve funcionar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Sr. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Delegado Bradock, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 247/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2004, de 21.06.2004).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Balaroti - AFB, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2004, de 22.06.2004).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 253/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Pio XII, com sede e foro no Município e Comarca de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2004, de 23.06.2004).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 255/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro Municipal Fernando Amaro, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2004, de 28.06.2004).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/2004, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho Comunitário de execução Penal da Comarca de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2004, de 28.06.2004).**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2003, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que transfere do Município de Guarapuava o trecho da PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmeirinha até a sede do Município de Campina do Simão. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que garante ao cidadão a transparência dos dados relativos à Segurança Pública no Estado do Paraná e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da estrada intermunicipal do trecho Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a estadualização da estrada Municipal que liga a PRT-280 no Município de Clevelândia até o Município de Honório Serpa, passando pelo Distrito de Vila São Luiz. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1483 e 1484, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1482, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1489, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, com apoio dos Deputados Jocelito Canto, Reni Pereira, Cida Borghetti e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1492, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1488, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1491, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Quero, em nome da liderança do Governo, agradecer, já que hoje é o último dia aqui nesta Casa, a ajuda que tivemos do Deputado Nelsinho, que hoje está fazendo seu último dia, temporariamente, já que o Deputado Edson Praczyk retorna a esta Casa. Esperamos que o Deputado Nelsinho volte o mais rápido possível a esta Casa após a eleição de 3/10, quando o Deputado Ângelo Vanhoni deve ser o Prefeito de Curitiba. Temos certeza

que ele aqui estará. E também a deputada Luciane Beltrão. Portanto, temos a certeza absoluta que ele vai voltar muito em breve, mas quero fazer um agradecimento pela ajuda que ele prestou à Bancada de Apoio ao Governador Requião aqui nesta Casa.

Da mesma forma, ao Deputado Felipe Lucas, que também tem nos ajudado muito na ausência da Deputada Arlete Caramês, que já retornou a esta Casa.

O SR. NELSINHO DAL SANTOS (Pela Ordem)

Agradeço ao Deputado Stica, Líder do Governo e a todos os Deputados por esses quatro meses que permanecemos aqui, aos funcionários da Casa, ao Presidente Hermas Brandão. Foi para nós uma grande experiência que passamos aqui na Assembléia, e com certeza ficará na história da nossa vida e da nossa região do Estado do Paraná.

Agradeço-lhes por ter convivido com companheiros e amigos aqui da Assembléia e vamos levar daqui só boas lembranças.

Obrigado a todos!

O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)

Só queria cumprimentar o Deputado Nelsinho, que tive a oportunidade de conhecer aqui nesta Casa, uma grande pessoa, e torcemos para que retorne a esta Casa, não no lugar do Deputado Ângelo Vanhoni, e sim, no lugar da nossa companheira Luciana Rafagnin.

Sucesso, e novamente possa estar vindo a assumir esta Casa.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Na segunda-feira nós teremos Sessão?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só no dia 13.

O SR. TADEU VENERI

A partir do dia 13 encaminharemos, - deveria ter comunicado a Casa antes - um requerimento para que o Sindicato dos Jornais do Paraná possa usar o Grande Expediente um desses dias, para fazermos uma discussão a respeito desse projeto que o Governo Federal mandou e que é polêmico. Acredito que a Assembléia Legislativa deva discuti-lo, sobre a criação do Conselho de Jornalismo. Vamos convidar o sindicato para vir aqui, possivelmente na segunda, dia 13.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 502, 704 e 714/2003; 007, 010 e 140/2004; e dos Projetos de Resolução nºs 011 e 012/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 293, 304, 307, 398, 315, 316, 317 e 318/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 281/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDENRANDO - o infausto passamento, ocorrido na data de hoje, do Sr. Deputado Enéas Eugênio Pereira Faria, que exerceu seu mandato na 8ª Legislatura de 1975/79, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de advogado, jornalista e homem público do Sr. Enéas Faria, com um trabalho ~~sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da~~ nossa terra.

R E S O L V E :

Decretar Luto Oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Enéas Faria.

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 01.09.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO- Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2004

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Reni Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 048/2004

Curitiba, 02 de setembro de 2004.

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente comunicar a V. Exa. que a partir da presente data, reassumo minhas funções de Deputado Estadual nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus elevados protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.09.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Senador Enéas Eugenio Pereira Faria, ocorrido em 1º de setembro/2004, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.09.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 63 anos de idade faleceu em data de ontem, nesta Capital, o ex-Senador, ex-Deputado Estadual e Federal, Enéas Eugenio Pereira Faria.

Filho de José Rocha Faria e Maria Conceição Gomes Pereira Faria - Enéas Faria deixou viúva a Sra. Marcele do Rocio Ristow Faria.

O passamento de Enéas Faria, veio abrir uma lacuna difícil de ser preenchida, entre seus entes queridos, parentes e amigos, dentre os quais este Deputado.

Com carreira política completa e bem sucedida Enéas Eugenio Pereira Faria, foi Vereador por Curitiba, Deputado Estadual e Federal e Senador sendo considerado um "Símbolo da política paranaense". Pois, perdemos um homem importante, que fez história não apenas no Paraná, mas em nosso País.

Em 1974, Enéas foi deputado estadual mais votado do Paraná. Entre os anos de 1985 e 1986 foi o primeiro Secretário do Senado. Enéas Faria também teve atuação de grande importância no movimento das Diretas. Nosso amigo Enéas orgulhava-se de ter pautado a sua vida pública sempre com honestidade, seriedade e caráter.

Ele também foi homenageado pela Câmara recebendo o título de "Vulto Emérito", pois desenvolveu trabalho sempre voltado para as causas populares. Em 1996, Enéas abandonou a carreira política e retornou às atividades no rádio, jornal e televisão.

Eis-me prezado amigo Enéas, ante a notícia do seu falecimento. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida. Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira Faria, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Polícia Civil do Estado do Paraná, pelo seu 151º aniversário que ocorrerá no dia vinte e oito de setembro do corrente ano, na pessoa do Ilustríssimo Sr. Delegado Geral Jorge Azôr Pinto. Solicita ainda que seja designado a data de vinte e nove de setembro, para realização de Sessão Solene comemorativa em alusão aos 151 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: R. José Loureiro, 540, 11º andar - CEP 80010-000 Curitiba -PR.

Sala das Sessões, em 13.09.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa homenagem à Polícia Civil do Estado do Paraná, que completará 151 anos no dia 28 de setembro de 2004.

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Sinézio Scudeler.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.09.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Antônio Franco.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados, por este senhor, à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.09.2004.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 333/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Bolsa Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam

regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado.

Art. 2º - São condições essenciais para a inclusão no Programa:

I - Ter entre 08 (oito) e 23 (vinte e três) anos de idade, salvo os casos de atletas portadores de deficiência que poderão ser incluídos no Programa sem limite de idade;

II - Apresentar um projeto específico da modalidade esportiva coletiva ou individual, juntando documentação, especificando as competições, participações em eventos esportivos ou campeonatos que estejam incluídos no calendário anual das federações ou entidades equivalentes;

III - Aquiescência dos responsáveis pelos menores que aderirem ao Programa.

Art. 3º - Serão beneficiados os seguintes atletas:

I - modalidade individual: aqueles que estiverem comprovadamente classificados até o 8º (oitavo) lugar em “ranking” estadual, seguindo a ordem decrescente de cada modalidade e dando preferência aos integrantes da seleção brasileira;

II - modalidade coletiva: aqueles integrantes de seleção estadual, que tenham participado de competições nacionais, indicados pela Federação correspondente, dando preferência aos integrantes da seleção brasileira.

Art. 4º - Serão observados, ainda, os seguintes critérios para inclusão do atleta ao Programa:

I - ter rendimento escolar e conduta disciplinar incensuráveis, comprovados através de boletim escolar ou outro documento fornecido pelo estabelecimento de ensino, exceto quando se trata de atletas que tenham concluído, pelo menos, curso de nível médio ou sejam atletas portadores de deficiência, casos em que esta comprovação é dispensada;

II - possuir nível técnico, comprovado através da Federação Amadora da modalidade correspondente, com indicação ao “ranking” nacional, estadual ou regional respectivo;

III - participar, obrigatoriamente, da entrevista com os coordenadores do Programa Bolsa Esporte;

IV - comprometer-se a representar o Estado do Paraná nas competições oficiais e eventos esportivos por ele promovidos ou patrocinados, na sua modalidade e categoria esportiva, sempre que convocado pelo Paraná Esporte;

V - não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação e/ou Confederação das modalidades correspondentes;

VI - apresentar currículo com os resultados obtidos nos 03 (três) últimos anos, juntamente com o programa e calendário anual;

VI - estar filiado à Federação paranaense da modalidade de sua atuação.

§ 1º - A concessão da Bolsa Esporte é eventual, temporária, e perdurará enquanto o beneficiário estiver atendendo às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

§ 2º - A modalidade esportiva que possuir mais de uma entidade representativa terá critérios de avaliação analisados pela Comissão responsável pela elaboração e execução do Programa.

§ 3º - O atleta cederá os direitos de imagem ao Estado do Paraná, e usará, obrigatoriamente, em seu uniforme, a sua logomarca.

Art. 5º - O Presidente do Paraná Esporte nomeará os integrantes da Comissão de Profissionais, que será composta de 03 (três) membros titulares, sendo:

I - um representante da Paraná Esporte, a ser indicado por seu Presidente;

II - um representante da Secretaria Estadual de Educação, a ser indicado pelo Titular da Pasta;

III - um representante das Federações Esportivas do Paraná por elas indicado.

§ 1º - A Comissão ainda contará com 02 (dois) suplentes, sendo um representante do Paraná Esporte e um representante da Secretaria Estadual de Educação, indicados pelos respectivos dirigentes;

§ 2º - Os representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - A função de membro da Comissão de Profissionais é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º - O número de bolsas será de 500 (quinhentas) unidades, no valor mensal unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo Único - Da quantidade de bolsas prevista no *caput*, 10% (dez por cento) serão destinadas ao desporto paraolímpico contemplando todos os seus segmentos.

Art. 7º - As bolsas-esporte ora instituídas terão a duração de 12 (doze) meses, renováveis por igual período, a critério da Comissão a que se refere o artigo 5º.

Art. 8º - O Paraná Esporte, após a aprovação do projeto pela Comissão da Bolsa-Esporte, fará a concessão desta, mediante a assinatura, com o candidato, de termos de adesão ao Programa.

Parágrafo Único - As modalidades esportivas amparadas pelo Programa Bolsa Esporte, estabelecidas como prioritárias, são aquelas constantes de ato da presidências da Paraná Esporte.

Art. 9º - O valor da Bolsa-Esporte recebido pelo atleta somente poderá ser utilizado para cobrir gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo.

Art. 10 - Os atletas bolsistas prestarão contas, mensalmente, à Comissão da Bolsa-Esporte, sem prejuízo da fiscalização exercida pela Assembléia Legislativa, através do Tribunal de Contas do Estado, e pelo Ministério Público.

Art. 11 - Serão desligados do programa os atletas que:

I - não apresentarem documentação comprovando as suas participações nas competições previstas no projeto a que se refere o artigo 2º, inciso II, desta lei;

II - quando convocados, não participarem das competições sem justificativa convincente;

III - se transferirem para outro Estado ou País;

IV - utilizarem os recursos da Bolsa para fins não especificados no artigo 9º desta Lei;

V - forem dispensados de seleções representativas do Paraná ou nacionais por indisciplina;

VI - deixarem de cumprir quaisquer das condições exigidas pelo artigo 4º desta lei.

Art. 12 - É vedada a concessão de mais de uma Bolsa-Esporte ao atleta participante do Programa.

Art. 13 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação 27811012.314 - da Lei Orçamentária nº 14.275 de 29.12.2003.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.09.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

O esporte nacional, sabidamente, carece de uma política permanente de incentivos. Isto faz com que talentos sejam perdidos e que atletas potenciais fiquem a mendigar alguma forma de ajuda para continuar o seu caminho. O sacrifício de familiares e amigos é uma constante.

Os resultados brasileiros nesta última olimpíada destacaram a necessidade de se fortalecer o esporte culminando com a promessa do Presidente da República de destinar verbas oficiais representativas para melhorar o quadro.

Cremos que, com esta iniciativa, o Estado do Paraná estará criando uma proposta concreta de incentivo ao esporte estimulando um razoável número de atletas a continuar em busca de melhores índices sem abandonar seus estudos. Nosso projeto está lastreado em experiência do Estado de Goiás, cuja Lei nº 14.308 está em vigor e com resultados muito bons.

PROJETO DE LEI Nº 334/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Ehrenfried Othmar Wittig.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Ehrenfried Othmar Wittig, excepcional profissional da área da saúde, nascido em Rio Negro.

Doutor Ehrenfried Othmar Wittig como médico neurologista da Fundação Ecumênica de Proteção do Excepcional foi incansável com as causas de deficiência mental, instituindo na rede hospitalar e também nas Unidades de Saúde do Paraná a pesquisa obrigatória e gratuita da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo Congênito, através do Teste do Pezinho.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que irá fazer justiça ao idealista Dr. Ehrenfried Othmar Wittig, lembrando que o seu programa de Triagem Neonatal do país é uma referência para toda a América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente.

Passamos ao horário das Lideranças. PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, PDT, PT, PMDB.

Liderança do Governo.

Liderança da Oposição.

(Declinam)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 048/2004, subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando estar reassumindo suas funções de Deputado Estadual nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar o lote de terreno conforme específica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2003, de 02/09/2003).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar para o Município de Agudos do Sul, imóveis do Governo do Estado do Paraná, situados naquele Município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/2003, de 25/11/2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o Município de Nova Aurora os lotes urbanos nº 08 e 09, da quadra 23 da planta do loteamento denominado Jardim Nova Aurora, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para uso do Conselho Tutelar do Município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02/12/2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 007/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, situado no Município de Alto Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar a APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179, do quadrante 10, quadrícula 01, setor 06, da quadra 38, situado naquele Município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2004, de 28/04/2004).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 011/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2004, Resolução nº

003/2004. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2004, de 25/08/2004, em 1ª Discussão).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2004, de 25/08/2004, em 1ª Discussão).**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/2003, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, que transfere do Município de Guarapuava o trecho da PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmerinha até a sede do Município de Campina do Simão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Operária Imaculada Conceição de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 069/2004, de 11/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 293/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Associação Operária Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Cascavel.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 293/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Operária Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Aurora do Iguaçu, com sede no Distrito de Aurora do Iguaçu e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2004, de 16/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 304/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Aurora do Iguaçu, com sede no Distrito de Aurora do Iguaçu e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, autoriza a doação dos lotes que especifica à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2004, de 23/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 315/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por finalidade autorizar o Estado do Paraná doar os lotes que especifica à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/2004, de autoria da Deputada Elza Soares, que declara de Utilidade Pública a entidade Ylê Axé Ópó Omim I, com sede e foro

no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2004, de 23/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 316/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Elza Soares, declara de Utilidade Pública a entidade Ylê Axé Ópó Omim I, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a entidade Jovens Com Uma Missão - JOCUM, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2004, de 23/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 317/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a entidade Jovens Com Uma Missão - JOCUM, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Tênis, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2004, de 24/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 318/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Tênis, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1493, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1497 e 1498, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 304, 315, 316, 317 e 318/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 733/2003; 220, 230, 270, 271, 272, 273 e 284/2004.

Levanta-se a Sessão.